

# Idéias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança

Future ideas in the past and historiographical culture of change

---

## Astor Antônio Diehl

Professor do departamento de história  
Universidade de Passo Fundo  
astor@upf.br  
Rua Mal Rondon, 262 - Vila Carmem  
Passo Fundo-RS  
99027-270

---

## Resumo

Objetiva-se apresentar e discutir os parâmetros da historiografia contemporânea a partir das mudanças ocorridas durante os últimos anos. Mostrar como a partir dessas mudanças ocorrem alterações nos sentidos e significados do conhecimento histórico, especialmente quanto aos usos da memória no contexto do tempo presente, tanto no campo social como no cultural. Tais aspectos são apresentados no debate teórico, visando à compreensão e importância do estudo das teorias da História na composição das noções como 'idéias de futuro no passado' e 'cultura da mudança'.

## Palavras-chave

Cultura historiográfica; Conhecimento histórico; Cultura da mudança.

## Abstract

The aim of this investigation is to show and discuss the parameters of contemporary historiography from the changes occurred in the last years. Besides that, it shows how, from these changes, alterations occur in senses and meanings of historic knowledge, mainly regarding the use of memory in the context of present time, both in social and cultural field. Such aspects are shown in theoretical debate, seeking the comprehension and importance of studying the theories of History in the composition of notions like "future ideas in the past" and "culture of change".

## Keyword

Historiographical culture; Historical knowledge; Culture of change.

---

Enviado em: 12/06/2008

Aprovado em: 17/07/2008

Tenho muito medo de um movimento intelectual se transformar num slogan, pois há sempre o perigo de autocomplacência intelectual, ou seja, de se acreditar que se está no único caminho correto, verdadeiro.

Carlo Ginzburg

A cultura em torno do pensamento histórico a partir dos anos 1980 e, especialmente, dos anos de 1990 teria perdido, em tese, sua capacidade de explicação estrutural dos movimentos sociais e dos processos que propunham a civilização.

As histórias narradas perderam, também, muito de seu sentido original glorioso e heróico. Sua energia e pedagogia explicativa inicial dos grandes feitos modernizadores cedem lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados.

Parece-me que o passado dos feitos gloriosos e positivados através das concepções vindas desde o esclarecimento já não mais consegue iluminar os trilhos por onde a locomotiva da história com sua carga preciosa e esclarecedora trazida do passado pudesse passar rumo ao futuro.

46

A consciência dessa perda irreparável, promovida pela mudança paradigmática nas formas de produção do conhecimento gerou, ao que tudo indica o afastamento das histórias e das representações estruturais de caráter eminentemente materialistas. Em seu lugar crescem as histórias culturais. Já não são mais os modelos conceituais teóricos aqueles capazes de dar conta da ambição explicativa, mas a memória agora passa a assumir importância.

A reconstituição das memórias coletivas e individuais permitiu o desdobramento metodológico para uma infinidade de possíveis escalas e leituras do passado. Esse é exatamente o ponto de inserção de estratégias hermenêuticas na compreensão do passado e, conseqüentemente, do exercício para romper com a exclusividade da verdade científica (VATTIMO 1996; HUTCHEON 1991).

Como não é mais possível contar com as luzes de uma 'verdade' e exclusiva ciência, do progresso e do projeto legitimado pela linearidade temporal, a ênfase recai sobre as ruínas, os restos e as lembranças que sobraram dos processos de modernização, os quais rondam como fantasmas sobre nossas cabeças.

Em termos de representações históricas, nós assistimos à formação de verdadeiras tendências historiográficas, cada qual se apegando em um tipo de resto ou rastro para, a partir dele, dimensionar os sentidos de uma disciplina autônoma para reconstituir o passado.

A projeção modernizadora nos tempos passados colocou para a memória um papel menos importante, sobre o qual, além disso, pesava a terrível desconfiança quanto à sua capacidade heurística, apesar de toda cultura histórica ocidental estar completamente assentada sobre essa mesma memória.

Essa desconfiança em relação à memória passada parece-me que está

sendo superada. Aliás, o que sobrou dos tempos heróicos é somente a sua própria memória. Porém, a sua reabilitação como fonte de informações e conhecimentos parece ser uma tônica mais importante da cultura historiográfica atual (DIEHL 2007).

A atualidade do tema 'memória' vincula-se também à falência da ação e das leituras entrópicas, promovidas por pensadores modernos, que remetiam o imaginário social ao projeto de segurança e de um mundo presente quase perfeito no futuro. Nesse caso, a certeza científica e as filosofias especulativas da história do futuro cegaram as possibilidades de existir a contingência na história.

Evidentemente que essa reorientação não é feita de forma indolor. Há uma espécie de desespero frente àquilo que a memória possa nos revelar. Em suas múltiplas leituras possíveis, a memória revela os escombros, as ruínas e os processos de desintegração, tornando-se ela um testemunho do passado, no qual o progresso romperia com as estruturas tradicionais.<sup>1</sup> O passado passa a ser percebido como um imenso espaço temporal, constituído de coisas desconhecidas, porém disponíveis para um processo de reconstituição inventiva.

Frente à diversidade reveladora da memória social, escrita e oral, o historiador já não consegue mais ter a certeza absoluta sobre o reconstituir e o significar o passado. O historiador passa a ter insegurança epistemológica, disciplinar e, assim, bate às portas das demais ciências humanas com a mão estendida, na qual lemos um pedido de ajuda.

Primeiro, foi a interdisciplinaridade, depois veio a multi e a trans e agora a metadisciplinaridade (SCHNITMAN 1996). Está claro que tal refinamento da rede metodológica de aproximação das disciplinas servirá para captar não mais os processos modernizadores, mas, sobretudo, as ruínas, resultantes do processo de ação do tempo.

O historiador, que antes varria a sala, deixando-a brilhante, livre de culpas e ressentimentos, se deu conta que todos aqueles restos varridos formavam um entulho de representações simbólicas no meio da sala, porém debaixo do tapete. Nosso esforço para higienizar o ambiente – tornando o passado em História -, condenou-nos a cair sobre a própria armadilha na sala.

Nosso olhar fixo e alienante no futuro nos transformou em uma autoridade com conhecimentos esclarecedores para visualizar perspectivas de futuro para a sociedade. Porém, bastou uma dobra no tapete para que nos debruçássemos sobre as ruínas, varridas para baixo do tapete.

No entanto, não bastaria somente a consciência daquilo que fora condenado no passado. O historiador precisou de outros instrumentos metodológicos para poder dar conta de novos sistemas de referência e sentidos atribuídos aos

<sup>1</sup> Observa-se atualmente um reaquecimento dos estudos sobre o trágico, ver a título de exemplificação os artigos publicados recentemente na **Revista Filosofia Política**. Departamento de Filosofia, Curso de Pós-graduação em Filosofia, IFCH/UFRGS, III/1, 2001.

fragmentos, para então reconstruir uma nova representação e, portanto, mais significativa, para o passado.

A história encontraria na origem, na alegoria e na estética seu modo de representação. Tais tendências mostram a larga receptividade da obra de Walter Benjamin e de Michel Foucault na elaboração de leituras quanto ao progresso, à técnica, à aproximação entre história e literatura e às novas formas de apreender as relações de poder (DIEHL 2002).

Por outro lado, o tropeço no tapete da sala também possibilitou que os destroços do passado irrompessem na cena contemporânea. Entretanto, a diferença agora está no fato de não se poder usar mais aqueles modelos teóricos de seleção, de classificação e de identidade sobre os restos, como se fazia no passado, sem, pelo menos, relativizá-los.

A heterogeneidade temporal, cultural e política impedem-nos de fazer tábua rasa do passado em termos de sentidos e significados (GUMBRECHT 1998). A heterogeneidade também revela o espaço cultural contemporâneo saturado. No entanto, essa mesma heterogeneidade pode, por sua vez, incitar-nos para duas orientações diferentes e contraditórias: a reação e a criação.

A situação do espaço cultural pode gerar uma reação, entendida aqui como um obstáculo à originalidade, à inovação ou mesmo à impossibilidade de produção de novos conhecimentos (MOZER 1999, p.33-54). Tudo já teria sido dito, feito e narrado. Restaria, então, uma espécie de saída estratégica em direção ao mundo primitivo, situado em algum momento antes da modernidade. Um desejo de busca da comunidade, do pequeno, da experiência, do micro e, porque não dizer, de recolocar o sujeito ético-moral no centro do palco.

A semiotização atual retirou os sentidos de sua clandestinidade. E nesse aspecto, em termos dos micro-territórios de sociabilidades, vale a política do plano de reconstituição dos sentidos, lá onde existem as privacidades e as intimidades. Estaríamos encaminhando para uma ciência do texto em detrimento daquela vinculada na relação demonstrativa e explicativa do homem-natureza? (SARTORI 2001). Assim, o contexto do tempo presente pode, perfeitamente, revelar as estratégias para a formação de desejos e significados no campo social e cultural (DIEHL 2007).

Essa nova tendência mostra-nos que, em termos macro, a compreensão do cultural seria entendida apenas como a política do plano concluído e como as estratégias que, somente positivadas, reconheceriam o visível a priori estabelecido pelos conceitos.

De uma ou outra forma, temos a orientação, na qual a situação do espaço cultural pode mostrar que a saturação seja percebida com a condição *sine qua non* de produção de novos sentidos. Aquilo que aparecera debaixo do tapete seria a matéria-prima para a constituição do campo das significações.

O custo social da modernização seria, agora, visto não mais como obstáculo, mas como o recurso para sua reutilização através dos esforços da metanarrativa, metaficção ou intertextualidade (HUTCHEON 1991). Configura-se, portanto, um

terreno fértil e promissor ao avanço do debate das narrativas pós-modernas, numa espécie de modo de produção das subjetividades, através de uma espécie de ciência do texto como referimos acima.

Uma primeira orientação resultante é aquela que parte da recombinação de temporalidades diferentes numa mesma narrativa, sendo esta não mais vista como uma deformação ou mesmo sinônimo de desordem, mas de constituição de um sistema com uma lógica que trabalha com sentidos pré-constituídos e múltiplos. Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem um papel central. O conteúdo, propriamente, torna-se o campo da demonstração sobre o qual se narra e se estetiza.

As múltiplas recombinações possíveis no sistema levam a implodir as bilateralidades de posições. Quebram-se assim as oposições, tendo-se, por outro lado, dificuldade em diferenciar produção de reprodução ou originalidade de resignificação. Por vezes, essa tendência é duramente criticada como sendo mera reciclagem, pastiche ou mesmo canibalismo cultural, crítica com a qual de antemão não concordamos.

Todo esse processo estaria levando ao esgotamento cultural, à falta de originalidade e à ausência de crítica (SOKOL; BRICMONT 1999). Transportando este contexto ao ambiente atual na cultura historiográfica brasileira, podemos entendê-la como sendo de incessante crítica à razão histórica (CUCHE 1999). Uma segunda orientação avança para além desta perspectiva, mas não deixa de se refugiar no anti-modernismo comunitário, desta vez supostamente identificada na conotação política de vanguarda historiográfica. Deixou-se de perseguir as explicações racionais sobre as razões estruturais e conjunturais de determinadas configurações históricas em nome de possíveis orientações pós-modernas, apresentadas com os mais diversos matizes teóricos (SEMPRINI 1999).

A pergunta que podemos fazer aqui é a seguinte: por que isso estaria ocorrendo? Gostaria, então, de levantar algumas suspeitas para a possível compreensão desse contexto.

Primeiramente, vivemos num 'clima' deixado pelas frustrações intelectuais e sociais, pois as revoluções otimistas, aquelas que projetavam uma solução de redenção do homem no futuro, não aconteceram nos moldes teorizados. Esse fato é uma das origens de certo pessimismo em relação ao futuro coletivo e à própria possibilidade de mudança social.

Esse aspecto, por sua vez, gerou uma crise de critérios científicos e racionais do 'establimento', sobre os quais tais paradigmas orientadores estavam assentados (LECHTE 2002). Convivemos, assim com a precariedade e com a ausência de transparência teórica no sentido de Habermas e, em alguns casos, com a demissão da própria razão de seu posto alcançado na sua trajetória desde o iluminismo.

Em segundo lugar, o clima é de fragmentação da ordem estabelecida. Essa fragmentação é uma das conseqüências dos próprios processos de

modernização que explodem as tradições historiográficas e culturais. Esta fragmentação, em termos de teorias, não é novidade, pois ela acompanha a própria constituição da modernidade.

Entretanto, essa situação no momento presente nos deixa numa atmosfera de insegurança, uma vez que os antigos critérios não cobrem nem conseguem capturar mais a realidade que pretendemos reconstituir e, além disso, desconfiamos profundamente dos novos (SOUZA SANTOS 1999).

Sem dúvida, os processos de modernização geram custos sociais e culturais, apresentados através da historiografia das representações fragmentadas. Portanto, já que a sociedade e o coletivo estariam fragmentados (fracionados e muitas vezes hostis entre si), a tendência básica é um retorno ao indivíduo e ao sentido da subjetividade. Assim, existe uma forte perspectiva de individualização do presente e do passado.

Em termos historiográficos isso se evidencia através de representações do passado na configuração do retorno das soluções micro, das regionalidades e das territorialidades do desconhecido, e do imediato, orientadas, assim penso, nas pesquisas do psíquico, do místico, do religioso e das cotidianidades das experiências.

Pois bem, os dois aspectos que apontamos acima gerariam alguns dilemas, diria estruturais, que avançam sobre nossas posturas acadêmicas e profissionais. Ao nível acadêmico apresentam-se dois vetores: o afastamento do discurso da responsabilidade acadêmico-social em termos de mudanças estruturais e a crítica conformista da sociedade através das perspectivas acima descritas.

50

Já ao nível dos resultados de pesquisas e temáticas abordadas temos um retorno ao cotidiano, uma espécie de enclausuramento, de isolamento do indivíduo ou de pequenos grupos - quase tribos - em si mesmos, formando as ilhas do passado histórico. Existiria, então, uma fuga orientada que vai da esfera pública para o privado, para as abordagens das soluções especiais e imediatas (MAFFESOLI 1999), porém sempre levando em conta as possibilidades que tais tendências oferecem na produção de significados nas representações sobre o passado.

Em tese, o momento seria dos cotidianos íntimos da vida, das experiências micro, a vez é das bruxas, das feiticeiras, dos loucos, dos vadios, dos homossexuais, dos gestos significativos, porém individualizados, tais como a clandestinidade, o medo, o desejo, a angústia etc. A vez também seria daquilo que se denominaria de compensações dos custos resultantes dos processos de modernização (GIDDENS 1991) otimista-lineares, daquilo que historicamente foi jogado na lata de lixo pela ciência formal.

Essa tendência parece sintomática, especialmente quando insistimos em procurar no passado aqueles gestos significativos que compensam a falta de critérios objetivos no presente, preenchendo assim a câmara de vácuo deixada pelas filosofias da história. Radicalizando, poder-se-ia perguntar: romantizamos, idealizamos aspectos do passado num esforço para restabelecer a ordem e o

paraíso perdidos (LÖWY 1990).

Essa última orientação, por certo, não é ingênua e não estaria longe de justificar e legitimar o ressurgimento de mitos tão caros do século XIX, tais como: da nação, do estado, do étnico, da personalidade, da geopolítica, do politicamente correto e da tradição cultural como elementos autônomos. Sejam eles percebidos como os licores dos deuses ou como as culpas induzidas pelos desejos. Isso traz de volta a estratégia das soluções imediatas, localizadas e carismáticas. Nesse ponto, estamos novamente situados de frente com o tema dos processos de identificação e com a identidade como tal.

Colocado isso, uma pergunta de via dupla continua a perturbar: essas novas perspectivas efetivamente colocariam a história como disciplina em xeque ou estas novas tendências em seus somatórios não estariam propiciando um avanço em termos de compreensão do passado?

Com essa aproximação temática surgem alguns aspectos que talvez merecessem ser, pelo menos, apontados:

a) a analogia entre a reconstrução da biografia e a sua interpretação crítica possibilita a reconstituição de estruturas simbólicas em geral;

b) a ciência produzida na Universidade não desempenha mais seu papel de motor no pensamento, por que esta função já está ocupada pela política;

c) a história, como disciplina com plausibilidade científica[,] não teria a função de propor identidades, pois a historiografia seria o resultado de racionalizações metodológicas e de constituição de identidades poderiam se formar e cumprir funções através do estético, do passional e do afetivo.

Nesse sentido, o lastro de conteúdos do passado, que alavanca a possibilidade de identificações, passa a ser percebido *tal como deveria ter sido*. Em tese, podemos considerar que estaria ocorrendo a revanche do acontecimento em detrimento das histórias estruturais com teor analítico.

Em outros termos, concordamos com Bachelard ao argumentar que tal processo não é de agora e que ele se caracterizaria pela luta entre espaço x tempo (BACHELARD 1996). Essa perspectiva injeta no sentido do passado uma leitura de significado romântico de *como queríamos que fosse*.

Entretanto, nós já entendemos que esse passado nunca existiu a não ser na imaginação criativa ou na afetividade. Porém, a outra leitura desse passado é aquela que remete para o sentido metodológico do *como é possível de ser reconstituído*. Para esta leitura, não tenho dúvidas de que as estruturas psicológicas e o campo das subjetividades são uma base interessante e produtiva para a sua reconstituição.

Fazendo-se uma revisão na historiografia brasileira contemporânea, percebemos uma mudança estrutural na produção do conhecimento histórico. Até os anos da década de 1980 temos paradigmas teórico-metodológicos otimistas, representados pelo positivismo, marxismo e em parte pela tradição de Max Weber com seus respectivos desdobramentos.

Nesse sentido, produzia-se conhecimento numa visão de progresso material,

quando o sentido coletivo e o aspecto institucional foram orientações centrais; buscava-se conquistar a modernidade e pautava-se pela história na perspectiva *magistra vitae*.

Penso que, atualmente, as tendências historiográficas não buscam mais legitimar a redenção do homem no futuro como um projeto para além de nossa época. Há, em vez disso, um retorno ao passado (das ilhas) e aos indivíduos, ressaltando-se os aspectos etno-antropológicos de certa visão cultural. Há, por outro lado e tudo indica uma carência de projetos estruturais subjacentes à que tenham implícita a perspectiva da mudança social na perspectiva vinda do esclarecimento.

A cultura historiográfica valoriza sobremaneira a configuração ético-literário-ornamental da história, parecendo que também a história está na linha dos não ditos, uma história para massagear, anacronicamente, o ego pela compensação relacional entre consciência e culpa.

Entretanto, não é só esse lado que deve ser visto. As 'novas' tendências da historiografia também nos mostraram, e fizeram ver, mesmo a contra gosto, o quanto a racionalidade moderna amputou do conhecimento os horizontes das subjetividades e de tudo o que isso possa significar em termos da reconstituição do passado.

52

O rompimento das relações de sucessões temporais como modelo explicativo catapultou, pelo muro dos fundos, a memória e a narrativa para o centro do debate da história cultural e das representações. Parece-nos que a história como disciplina está passando por um tempo de provações e ela está em busca de parcerias como, por exemplo, a psicanálise.

Pois bem, tanto a história, na sua grande mudança ocorrida no final da segunda metade do século XIX, como a psicanálise são disciplinas que buscam compreender o indivíduo circunstanciado pela complexidade das relações sociais e culturais.

Com este pensamento está registrado que a consciência se tornou um profundo estado difícil de ser definido, sobre a qual são estabelecidas as orientações temporais tanto individuais como coletivas. Nesse caso, a relação entre história e psicanálise pode gerar possibilidades de compreensão do complexo debate historiográfico atual em termos das suas representações simbólicas de identidade, do retorno ao indivíduo e da própria subjetividade. Em tese, o tempo presente é o da memória/esquecimento/rememorização dos sentidos e significados culturais.

A percepção desse exercício não nos pode levar à estratégia de varrer para debaixo do tapete aquilo que não se enquadra em nossos modelos explicativos a priori fixados no horizonte de nossas expectativas teóricas, como praticávamos até pouco. Não podemos esquecer do simples fato que o horizonte é inatingível, servindo apenas como linha de referência, a qual muda constantemente.

Também não podemos nos deixar levar pela estratégia de avestruz: de

enterrar a cabeça, deixando de fora o volumoso corpo, pensando que dessa forma estaríamos protegidos dos eventuais abalos nos parâmetros de plausibilidade da ciência a priori estabelecidos pelas experiências empíricas.

Sem dúvida, podemos propor um diálogo em torno dessas questões de forma programática, estabelecendo relações entre as experiências do passado, cada vez mais vigorosas pela historiografia, e as expectativas de futuro (RÜSEN 2002, p. 305-321) naquilo que denominamos de cultura da mudança dentro da perspectiva do diálogo com as tradições e as idéias de futuro no passado.

Quanto ao presente, ele não é presente, ele está presente, não só porque o recusamos através da banalização, mas também porque o passado está tão presente que o invade e, por sua vez, é absorvido pelo futuro, diluindo-o. O passado faz o papel de presente e ele passa a ser entendido como meio de afirmar e de reabilitar processos de identificação ou, pelo menos, de cumprir a função de que nos seja permitido (sobre)viver culturalmente no presente, reorientando o horizonte de expectativas.

A história como disciplina com plausibilidade argumentativa tem a possibilidade de compreender e explicar fenômenos econômicos, sociais e as relações de poder. Para tanto, torna-se necessário e desejável, como ponto de partida, que a história seja uma disciplina – uma ciência da cultura –, orientada no cultural, no social e no psicanalítico. Porém, estamos ainda longe de constituir tal disciplina, com tais características.

Entretanto, podemos reconstituir parte desse debate através dos rastros deixados pela da crise do historicismo, pela relação entre psicanálise e marxismo, ou ainda, pela recuperação e atualização contextualizada das obras de Nietzsche, Freud, Weber, Benjamim, Marcuse, Fromm entre outros tantos.<sup>2</sup>

Se todo esse interesse da questão irá trazer novos campos de pesquisa e discussões teórico-metodológicas, permito-me dizer que ainda é cedo e não tenho uma resposta que me possa satisfazer. Entretanto, de uma coisa podemos ter certeza, mesmo que de forma provisória: (re)trabalhar o passado sob as perspectivas de fundamentalismos historiográficos não nos levará para além da crítica confortante e confortada pela estrutura acadêmica. Podemos, pois, falar de atitude intradisciplinar e transdisciplinar, com o objetivo de abrir o coração, desta vez no divã, para uma introdução à crítica da razão histórica no sentido das idéias de futuro no passado.

A perda do sentido utópico e a impossibilidade de uma cultura da mudança a partir dos ideais do *esclarecimento* na historiografia contemporânea lançaram parte dos historiadores sobre a tarefa de revisitar o passado com novas lentes e perspectivas, muito diferentes daqueles estudos históricos tradicionais e nem poderia ser diferente.

<sup>2</sup> Nesse caso existe uma atualidade expressa das obras de Georg Simmel e Norbert Elias, cujas possibilidades estão implícitas quanto a noção de cultura na modernidade.

Nesse sentido, a representação de indivíduos, de grupos sociais e de fenômenos simbólicos gerou uma luta encarniçada entre significados culturais internos e externos.

Entretanto, tais mudanças estruturais na produção do conhecimento sobre os mais diferentes aspectos, sejam disciplinares ou político-ideológicos, geraram um segundo conjunto de dilemas, os quais podem ser observados na literatura historiográfica. Os dilemas podem ser evidenciados pela experiência de aproximação da história com outras disciplinas e por certas configurações características do *Spätzeit*, conforme já apresentada anteriormente (MOZER op. Cit.).

A história escrita é a forma de dramatização do mundo externo a partir de motivações internas, que fazem acionar indivíduos e grupos para desempenharem e representarem determinados papéis sociais e simbólicos. Ou seja, que a relação do psicanalista e do historiador é muito próxima em termos do texto e que dessa relação se abre um caminho para a compreensão das idéias de futuro no passado.

A ciência psicanalítica não dispensa certos conhecimentos de outras disciplinas, pois ela também não poderia se restringir a si mesma. Desde os anos de 1950, a psicanálise procurou abrir-se e modificar seu espaço de trabalho. Esta 'flexibilidade' serviu muitas vezes como obstáculo, mas também isso faz parte do destino de qualquer disciplina que pretenda abrir seus horizontes.

54

A pesquisa psicanalítica desde então atraiu para si a antropologia e a crítica literária. A ciência histórica ficou como uma espécie de 'prima pobre'. A antropologia trouxe para o psicanalista o controle da dramaticidade da vida humana vivida e a crítica literária contribuiu com o discurso. Em ambos os casos criaram-se situações as quais não se diferenciam tanto em uma conversa psicanalítica.

A história, por sua vez, exige, além disso, formas de intermediações didático-pedagógicas. Por isso mesmo, nas formas de intermediação encontramos temáticas que seriam relevantes no sentido de suas funções sociais da cultura, tais como: a cotidianidade, o racionalismo do erótico, os fenômenos religiosos, os complexos sociais, o sofrimento e a violência entre tantos outros, ainda pouco explorados nos livros didáticos de história (DIEHL 2006). De certa forma, isto explica o fato de tais temas ainda não terem sido trabalhados a partir da perspectiva psicanalítica.

Porém, nos últimos anos, mesmo que de forma tímida, alguns temas passaram a compor a lista de pesquisas também para os historiadores, como a vida privada, as estruturas simbólicas, os (res)sentimentos, as metáforas, as relações de poder, as perspectivas de futuro que se tinha no passado etc. É perceptível que está começando a surgir um movimento historiográfico, que aos poucos, com legitimidade, evoca a psicanálise.

Nessa caminhada pode surgir uma relação produtiva entre a formação psicanalítica de determinados historiadores e a necessidade de compreender

um tempo, patologicamente, saturado de problemas e informações com extrema atualidade: a atualidade do problema racial, do racismo, a questão das sexualidades, o feminismo, a relação entre biografia e história das idéias, as questões da alienação, as transformações nas relações de trabalhos e seus desdobramentos sobre as instituições disciplinares como a escola, a fábrica e a família.

O momento importante dessa aproximação está no fato de que a psicanálise vive, em relação ao historiador da cultura, uma situação privilegiada, pois os seus questionamentos estão direcionados sobre as experiências de *insights* do processo de rememoração. O conhecimento teórico viria, exatamente, da possibilidade de extrapolar tais questões. A psicanálise poderia diagnosticar os fatos levantados pelos historiadores.

Além disso, seria desejável que as rígidas fronteiras entre as duas disciplinas fossem levantadas através do estabelecimento de níveis de controle sobre a interpretação do texto.

Pela estrutura atual das duas disciplinas, talvez isto fosse uma empreitada difícil de ser atingida, mas é uma tentativa atrativa, sobretudo se levarmos em consideração às múltiplas possibilidades que tal parceria poderia significar. Nesse caso, não é suficiente apenas praticar uma disciplina após a outra, mas a tarefa seria a de costurar os resultados de pesquisas, tomando por base a psicanálise como método histórico.

Amarrar a pesquisa histórica com a da psicanálise significa, em essência, arrolar e expor o fundo metodológico das disciplinas em relação com a experiência de lidar com as fontes. Pois, o psicanalista também exerce sua profissão não somente levando em conta uma postura intelectual de formação para chegar aos resultados, mas, além disso, e, sobretudo, quando faz a análise a partir de suas reações inconscientes sobre aquilo que expressa a pessoa analisada, tencionada pelo diálogo.

Não é apenas a recepção de informações pelo psicanalista, mas as formas de mediação que se estabelecem. É nesse sentido que a mediação é o instrumento importante da pesquisa psicanalítica, resultando daí a qualidade da fonte informativa. Exatamente, a possibilidade de uma leitura interpretativa correta das fontes dependerá, além, é claro, do largo conhecimento do analista, da qualidade heurística com que estas fontes foram recolhidas. Tudo isso também dependerá das contradições internas do analista, pois nenhum psicanalista avança para além daquilo que os seus próprios complexos permitem, já dizia Freud.

Por seu lado, no caso da história, a crítica contemporânea é realizada em relação à epistemologia racionalista e a crítica às grandes narrativas legitimadoras<sup>1</sup>, a crítica aos processos de modernização e, especialmente, a

<sup>3</sup> Ver especialmente CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999 e BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: Edusc, 2001. Este

crítica à idéia de progresso, que assistimos brotar em todos os recantos das ciências humanas.

Em seus duzentos anos de cultura historiográfica da consciência, a categoria progresso (NISBET 1985) se incrustou profundamente nas estruturas da psique ocidental e, por que não, oriental, atuando na consciência histórico-coletiva.

Para verificarmos isso, na prática, basta perguntar para uma criança ou até mesmo para adultos, confirmando a idéia orientadora de que o futuro irá superar sempre - o presente e o passado, em termos de chances de vida e de possibilidades de felicidade.

Ora, se a perspectiva do futuro da redenção humana na perspectiva coletiva se distanciou do horizonte individual, então vem à tona, como obstáculo, a possibilidade de orientação a partir das temporalidades da própria história. Esse obstáculo orientador será percebido através do distanciamento entre o processo de desenvolvimento e as narrativas legitimadoras.

O progresso como *modelo de pensamento* é um fator social, um conseqüente fator mental dos princípios de conduta da vida e, ele precisa ser colocado, como assim sendo, na 'ordem do dia', caso a história como disciplina de relevância social deseje ocupar o espaço da comunicação entre as experiências e o conhecimento histórico.<sup>4</sup>

56

Por um lado, é indiscutível que, no debate atual, a categoria progresso (como ela se tornou fragmentária na compreensão da cultura) não consiga mais ser concebida sem profundas fissuras (CUCHE 1999). Para isso mesmo, as experiências históricas são poderosas demais.

A tendência à crise, as conseqüências catastróficas da concepção tradicional, concebida como elo entre o desenvolvimento histórico e o mundo moderno (especialmente nos setores sócio-econômicos a partir da industrialização), já se tornou experiência coletiva comum.

Cada um de nós que possui sensibilidade suficiente para perceber as contradições estruturais entre o nosso mundo e o da geração passada, leva em consideração os resultados práticos desse desenvolvimento, como podemos observar na destruição ecológica durante a exploração da natureza via industrialização e na *desertificação* dos impulsos inovadores dentro do racionalismo institucionalizado pela ciência na configuração da razão crítica.

A ciência histórica não poderá se excluir da onda crítica ao progresso da destruição, se para o historiador a consciência histórica apreendida da experiência do passado significar alguma coisa. A crise da noção de progresso linear e

---

questionamento já estava presente nas preocupações de Walter Benjamin em LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva, EDUSP, 1990, especialmente o Cap. 9 e 10; para a questão historiográfica ver DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, Idem. **A cultura historiográfica nos anos 1980**. Op. Cit..

<sup>4</sup> Este aspecto não é privilégio do pensamento histórico, mas abrange os mais diversos debates nas mais diferentes áreas do conhecimento. A abrangência do debate pode ser acompanhada em SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

cumulativo se faz na confrontação entre *intenção* e *realização*, especialmente a partir de três vetores básicos:

a) As pessoas do século XX viveram desde grandes tensões até guerras mundiais, guerras locais, tendo como referencial um potente arsenal destruidor cientificamente produzido. Em contrapartida, assistimos a desreferenciação da tecnociência para eliminar problemas de fome, etc (GIDDENS 1991);

b) O progresso moderno constitui, na forma mais decisiva, a sociedade do trabalho, na qual vale o crescimento da produtividade na base da constante automatização, gerando nas sociedades industrializadas a crise da própria sociedade do trabalho;

c) A crise da noção de progresso leva à crise de identidade, que se faz visível em diferentes setores, como por exemplo: a crise de legitimidade de sistemas políticos.

Da crise de orientação e da prescrição dos elementos subjetivos pela razão instrumental - que essa crítica do progresso representa na cultura política e na cultura histórica atual -, resulta o sintoma das crescentes revoluções frustradas, atingindo, em contrapartida, a concepção do progresso da maximização de revoluções otimistas crescentes, quando o ideal de progresso foi o estímulo central para o iluminismo em termos do esclarecimento.

Esse direcionamento do iluminismo tardio tornou-se parte substancial da cultura histórica das sociedades modernas. A categoria progresso incluiria, então, as experiências históricas em uma única história com tendência a abraçar toda a humanidade. Processo esse, que foi sendo relacionado com a teoria do *fim da história*.

Neste caso, a categoria progresso teria, *par excellence*, função integrativa, mas ela oferece, ao mesmo tempo, para a história da humanidade, uma incontrolável dinâmica da fragmentação (FONTANA 1998, p. 265-281). No final do século XVIII, com a fragmentação da ordem estabelecida e, no século XIX, com a fragmentação da ciência em ciências buscou-se no progresso o termo comum para a unidade universal. Mas, essa fragmentação da ciência, de então, gerou *soluções disciplinares*, normativas, pragmáticas em diferentes níveis teóricos.

Todos esses novos níveis e estruturas científicas teriam algo em comum, pois, individualmente, buscam controlar o passado e projetar o futuro. Ou seja, elas pretendiam nos persuadir de que a redenção da humanidade estaria no futuro. O tempo linear seria o avalista de garantia para que a posteridade não reservasse abismos e tragédias. Ou seja, a ciência e a razão estariam administrando a reconstituição do passado na orientação do tempo linear, projetando no futuro. Sendo, nesse caso, o passado caracterizado como sinônimo de erro, de caos, o que oportunizaria a ciência que ela criasse saberes sobre as experiências e certamente as superaria.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> CHARLOT, Mônica; MARX, Roland. **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

A idéia de progresso também se constitui como uma perspectiva do *agir*. O progresso integra e dinamiza as experiências históricas em uma história ampla coletiva, cujo sentido está orientado através de uma inferência humana ativa para alterar as reações de vivências e aperfeiçoar a qualidade de vida.

O progresso foi uma medida e é a forma de pensamento de uma consciência específica. A experiência histórica não é mais balizada pelo modelo do pensamento de uma grande coletânea de exemplos heróicos para respaldar regras de ações, como aquelas que são apresentadas na expressão *magistra vitae*.

As experiências históricas originam, em contrapartida, formas genéticas, criando significado sobre o passado. E elas foram entendidas como um processo temporal único e acabado, quando o futuro iria se impor qualitativamente ao passado em termos de possibilidades de ações, porém, essas ações estão submetidas às categorias como classe, elite, grupo e etc. Tal submissão conceitual caracterizou a morte do sujeito.

A ação humana em cada presente era instigada a realizar tal direcionamento de mudança, na medida em que o tempo linear classificara o passado como sendo caos e desordem. A incumbência da história, neste processo, era dirigir-se a esse passado obscuro e nele procurar, através de seus métodos positivos e aplicados aos escombros da tradição, os documentos e as evidências que permitiriam a reconstrução do seu *verdadeiro rosto*.

58

Assim, ao contrário do restante da humanidade que olha e caminha para adiante, diria para o futuro, no sentido iluminista projetado para além de sua época, a história se desloca para o passado, procurando expurgar o caos, a desordem e o terror que pudesse ali ser encontrado e, dessa forma, legitimar o olhar do caminhar para o futuro.

E é essa ambigüidade que parece assolar o imaginário da crise. Pois, de um lado, a história é reconhecida como uma das atividades essenciais do *imaginário ocidental*. Afinal de contas, a história é a disciplina do passado, da tradição, extirpando o trágico que ali possa brotar (DELUMEAU 1989).

A história, por outro lado, só conseguiria alcançar esse objetivo, aliando-se completamente aos interesses que cercam o coletivo, esquecendo-se do futuro para mergulhar na gigantesca teia da erudição que, de um ponto de vista prático (preocupado com o progresso), é absolutamente gratuita.

Tudo indica que a história não esteve sozinha no esforço de empregar o seu potencial disciplinador a serviço dessa concepção iluminista do tempo. Essa noção de tempo, como progresso, só foi possível e teve validade porque a ela foram conectados discursos que continham condições de aumentar o seu poder de persuasão, aparando os pontos de incertezas que dela pudessem brotar.

Parece que não foi somente o desprestígio da tradição e da memória que levou à separação de experiências e do horizonte de expectativas da modernidade. Pois, essa separação justificaria a criação de oportunidades para o florescimento do terror apenas no passado (POLLAK 1989).

O futuro, como projeto além do tempo presente, deixou de lançar suas luzes, diminuindo drasticamente a capacidade de os homens se orientarem dentro e a partir dele. Assim, também, a legitimidade histórica passa a depender de um tempo que avança, incessantemente, como se fosse uma *flecha*, sem que se saiba rigorosamente qual a direção que ela está tomando. Portanto, não se sabe, como, quando e onde a flecha pode parar.

O tempo linear, além de produzir o esquecimento do passado, gera uma terrível incerteza, ou seja, a mais completa imprevisibilidade em relação ao futuro. Imprevisibilidade que só poderia ser superada, se o mesmo papel desempenhado pela história como disciplina na retaguarda - na ponta de trás da linha -, fosse exercido pelas ciências físicas e naturais na ponta da frente (SOARES, 1998).

O progresso fora sempre o avanço da ciência, da ciência moderna, da ciência que se movimenta e se transforma juntamente com o tempo, cujo fundamento foi fornecido pelo modelo clássico, na tentativa de garantir que a posteridade não nos reserve abismos e tragédias, como já foi dito. Foram exatamente esses elementos que a história como ciência tentaria eliminar do passado através das grandes narrativas legitimadoras. Parece-me que a ciência histórica fracassou nessa sua tarefa, pois o século XX é um libelo nesse sentido.

É exatamente neste aspecto que aparece o elemento da atualidade ligado ao tempo e à idéia de progresso: a memória. A memória é uma faculdade que, na concepção moderna de história, precisa ser constantemente 'refrescada', pois, caso contrário, ela perde sua força e seu poder de evocação na medida em que vai enfraquecendo.

Ora, num primeiro momento, com esse possível enfraquecimento, a memória passou a ser encarada com a mais absoluta desconfiança, definida como uma entidade que sofre uma espécie de corrosão interna, corrosão que vai desgastando-a com a passagem do tempo linear. E é nessa conexão entre a memória e o tempo que precisamos evidenciar dentro dos propósitos da relação entre história e psicanálise.

A memória só começa a ser apontada como *doente* - sofrendo de corrosão, amnésia -, quando associada a uma noção de tempo que se define como uma linha em movimento contínuo para frente, na direção do futuro.

Esse processo implica no abandono do modelo clássico, o que faz com que os homens, grupos ou mesmo sociedades redirecionem literalmente os seus olhares e as suas esperanças, desviando-os do passado e concentrando-os no porvir. O que, entre várias outras coisas, provoca um gradual, mas crescente enfraquecimento da memória com poder de documento, sendo, pouco a pouco, substituída pelo esquecimento, sem contraponto (DIEHL 2002).

É, justamente, o surgimento desta definição iluminista de tempo, assimilado ao progresso, convertido em linha que se desloca inelutavelmente numa única direção, que vai separar o *espaço de experiências* (base da concepção clássica de história) do *horizonte de expectativas* do homem moderno (horizonte que

irá agora se fixar no futuro). Futuro que parece dispensar todo e qualquer ensinamento veiculado pela tradição, relegando-a a absoluta obscuridade (KOSELLECK 1989).

Tal processo de modernização tende a transformar a tradição em um *amontoado* de ruínas, restos de uma caminhada que para sempre encontra o seu sentido na frente. Esse projeto, além de desativar progressivamente a memória como fonte da crítica histórica, torna o passado um lugar sombrio e misterioso, quase esquecido.

Em outras palavras, parece que há uma conexão entre o predomínio de uma noção de tempo iluminista, o rápido desperdício da memória com a conversão do passado em matéria de terror, especialmente se olharmos a literatura do final do século XIX, da Era Vitoriana e da *Belle Époque*.

Essas conexões são importantes em função do quadro que elas esboçam na historiografia contemporânea e na crítica da razão histórica, baseada numa *meta expectativa de futuro* que assegura um objeto de ação, de melhoramento gradual das perspectivas de vida através da experiência histórica. De forma que, até há poucos anos, a história se deixaria interpretar, também, como uma espécie de ciência do processo tecnológico de dominação da natureza, que ordenaria as possibilidades de ação para o futuro.

Em sua expressão clássica, esse processo seria marcado no futuro como libertação do homem de todos os obstáculos que barram o desenvolvimento de sua humanização e civilidade.

60

Politicamente, o progresso fora entendido como democratização, na medida em que se apostou na crescente participação das minorias (lê-se majorias) no poder, cuja não humanidade seria destruída em favor de um consenso legitimador; socialmente, o progresso como equalização liberária, via eliminação de obstáculos sociais, garantias individuais e na forma de tendência ousar chances sociais iguais; e culturalmente, o progresso perspectivaría um processo de desencantamento, secularização e racionalização - no sentido dado por Weber - das petrificadas tradições em favor de formas de consciência (DIGGENS 1999). Ou seja, ele vai apagando da memória individual e coletiva, aquilo que chamamos de amnésia.

Em contrapartida, dessa crise da consciência histórica da dimensão de progresso surgem impressionantes potencialidades de ação do sujeito. Isso é possível de se compreender por si na medida em que sua própria subjetividade, como processo temporal da libertação, caminharia para formas de autonomia dos próprios princípios de conduta de vida.

Essa forma iluminista de entender e incorporar a idéia de progresso via socialização, perdeu e perde sua força de convencimento, mas ela não deixou de ser - apesar do bombardeio crítico - um fundamento da consciência histórica.

Uma discussão engajada a partir do tempo presente precisa transformar essa crise da consciência do progresso em ponto de partida para seu próprio redimensionamento conceitual. Nesse sentido, a própria idéia de progresso nos

oferece duas variáveis, por vezes entendidas como contraditórias: a primeira diz respeito a seu potencial destrutivo, corrosivo da memória tanto individual e coletiva. E a segunda diz respeito ao potencial de emancipação nela contido.

Neste redimensionamento, a pergunta pertinente a ser formulada é a seguinte: se a idéia de progresso tem, implícitas e explícitas, as potencialidades de poder romper com o passado, no sentido da tradição e, ao mesmo tempo, propor a emancipação, como se explicaria o crescimento da tendência historiográfica que procura exatamente reviver aquela constelação de elementos que foram *jogados na lata do lixo da história*? Ou seja, a historiografia não está se consolidando sobre elementos considerados irracionais e subjetivos? Nisso tudo se encontra uma representação do passado que pode ser entendida como crise das capacidades reais de superação dos processos de modernização (HOBSBAWM; RANGER 1984). Então, como isso poderia ser feito?

Não podemos esquecer do fato que nos últimos anos, o progresso passou a ser visto como um monstro criado pela própria ciência e acalentado pela sociedade. Aqui as relações de atrito entre o princípio de progresso e experiências negativas, conseqüentes do progresso, propiciam uma visão do passado um tanto confusa, uma vez que o foco central é movido pelos historiadores sobre os períodos *pré-modernos*, tomando-se aí, como contraponto nevrálgico, uma espécie de *imaginário popular*.

Essa 'nova' perspectiva historiográfica contemporânea poderá perder rapidamente sua plausibilidade, pois ela se configura de forma indireta, isto é, como relações sociais anteriores à modernidade. Essa crítica faz a expressão 'modernização' parecer com o sentido de alienação e o progresso será, então, apresentado como elemento ideológico dissipador da própria modernização.

A experiência de compreensão do passado através da crítica dos resultados negativos do progresso aumenta cada vez mais seu potencial. A categoria progresso perde plausibilidade e já não é possível perspectivá-la num horizonte futuro através da prática cotidiana.

Portanto, se a crítica pudesse inverter o crescimento econômico a partir das formas como vem sendo operacionalizada (em um sistema econômico-estatístico do passado), então, a atual exploração da natureza poderia ser compensado por um quadro equilibrado (entre homem e natureza) dos tempos pré-modernos e de culturas de subsistência.

A ansiedade por projetos alternativos do mundo atual encontra muito rapidamente seu revestimento histórico nos custos da experiência histórica, numa espécie de neo-romantismo em que são idealizados determinados aspectos – compensadores - do futuro perdido.

Pensamentos semelhantes convergem para a superação da modernização, os quais encontraremos na própria historiografia atual quando a questão central se volta para a cultura popular nos tempos modernos na Europa. Uma tendência interpretativa nessa direção reflete, necessariamente, a crise da consciência histórica sobre o progresso em quadros históricos de busca de um mundo mais

ou menos puro. Esse aspecto deixa transparecer a função que a história (como ciência) cumprira no processo de modernização, que expusemos nos parágrafos anteriores.<sup>6</sup>

Neste contexto residem os críticos que apontam na orientação de um reconhecimento dos saberes sobre o homem e sobre o social, em especial, sobre experiências de formas particulares de vida, dos universos singulares e significativos, das suas especificidades e nas suas diferenças sincrônicas e diacrônicas. Ou seja, é do espaço das experiências que emergem os sentidos. O sentido e os interesses podem aqui se voltar para a agência humana, para a ação em sua dimensão virtual de autonomia.

Em termos de historiografia[,] assume-se a tendência de cunhar uma perspectiva do passado baseada em algo 'novo', porém situado historicamente em experiências anteriores aos tempos modernos. Já na História como disciplina, desde há muito tempo existe uma perspectiva, que se move contra a concepção de progresso via modernização; contra as perspectivas de história da sociedade; contra categorias modernas como o trabalho, a sociedade, as relações de dependência, presentes como nunca em nossa sociedade. Esta tendência é perceptível e discutida sob campos e abordagens como a história do cotidiano, a demografia histórica e antropologia histórica e etc.

62

Tais perspectivas giram em torno de uma (contra) história crítica à história do progresso: a libertação aparece como processo de disciplina; os custos dos processos de modernização são criteriosamente explicitados, vítimas do progresso (por exemplo, mulheres e crianças) recebem voz historiográfica de denúncia.

Agora não se trata mais de desenvolvimentos temporais de 'longa duração' das relações de produção, formação social, etc., mas, sim, de reconstruções detalhadas de condições de vidas passadas e desenvolvimentos particulares, trazendo à lembrança do historiador um antigo dilema metodológico de enfoque: observar a floresta ou a árvore.

Este olhar histórico-antropológico de tendência crítico-cultural (HUNT 1992) se deixa encaixar nas perspectivas assim chamadas pós-modernas. Pós-moderno se tornou uma expressão dentre as tentativas para dar significado à profunda ruptura do presente e futuro com a tradição moderna. Isso significaria uma ruptura entre a experiência de vida e o pensamento, baseados em orientações do progresso e de razão histórica.

Fala-se em formas econômicas pós-industriais e de valores pós-materialistas que iriam marcar profundamente nossas sociedades no futuro. E, através delas, deveríamos centralizar nossos esforços, obrigando-nos a uma manobra das características exploratórias da natureza e, especialmente, das atitudes mentais que orientam o sistema econômico. Na cultura histórica essa

---

<sup>6</sup> Este aspecto pode ser observado, por exemplo, na obra de Peter Burke quando escreve sobre a cultura popular na época moderna.

perspectiva de futuro é discutida, portanto, como sintoma de crise das formas tradicionais de consciência histórica.

Em outras palavras, isso significa abandonar a representação temporal de transformações dos homens e do significado desse mundo em transformação, para assumirmos outros modos de pensar sobre experiências e sobre os sentidos do tempo, rumo a uma narrativa salvacionista ou até mesmo mítica.

Assim como nenhum caminho do pensamento histórico consegue reconstituir, isoladamente, a categoria de progresso dos modernos, também nenhuma forma de pensamento histórico consegue ser plausível sem levá-la em consideração, se não pelo próprio desenvolvimento de experiências e de capacidades de consciência.

A crítica ao progresso é legítima. Ela deveria, porém, ser enquadrada em uma nova concepção que não deixasse de levar em conta seus resultados históricos característicos, limpando-a, contudo, das categorias históricas que não conseguem mais capturar de forma plausível esse processo. Ou seja, o próprio pensar histórico sobre o progresso precisa ser modernizado em termos metodológicos. O que significa isso?

Em outras palavras, quero dizer que é possível evidenciar isso com uma argumentação abstrato-teórica numa relação de racionalidade dos fins e racionalidade de sentido e de valor. A atual crítica do progresso não se propaga em tudo, o que está relacionado com a noção de progresso.

A crítica se incendeia, sobretudo, sobre processos históricos, nos quais se fizeram presentes naquele progresso no sentido de um ilimitado desdobramento técnico, instrumental e estratégico de fins previsíveis em todos os setores das experiências.

Esses progressos explodiam as culturas, as quais amarravam e asseguravam o 'agir' humano das sociedades pré-modernas em tradições intransponíveis como fontes de sentido. Max Weber caracterizou essa transposição de limites com a sua noção do *desencantamento*.

Com isso, Weber apontou indiretamente para o fato de que com a introdução, desenvolvimento e institucionalização de sistemas racionais de fins, em todas as relações sociais e de vivência cotidiana, inclusive na ciência, sugerem de forma crescente um déficit das potencialidades de sentido e de impulsos inovadores. Além do mais, ele descreveu claramente esse outro lado da medalha, ou seja, esse desencantamento do pensar tradicional histórico: decisões irracionais sobre os altos valores estariam colocadas contrariamente a uma realidade que parece significar a corrente *caótica dos acontecimentos*.

Essa sombra do sentido da racionalização do processo modernizador provoca, então, a procura de compensações. Nesse caso, o progresso passaria a ser visto pelo *nevoeiro* das ideologias ou pelos experimentos irracionais, pseudo-religiosos ou mesmo impulsos fundamentais e carismáticos. As ciências sobrepuseram esse vazio de sentido com a etiqueta da liberdade de valor, ou mesmo pela argumentação intelectual do afastamento.

O que se percebe, analisando-se a historiografia atual, produzida em grande parte nos departamentos de história, é um discurso acadêmico assentado em características, tais como: propõe e apenas alcançaria uma crítica conformista; fomenta e amplia o retorno ao indivíduo e as soluções carismáticas e de exceções. Numa perspectiva crítica, essas características assumidas pela historiografia contemporânea denotam um potencial de encantamento do conhecimento.

A superação da até agora válida noção de progresso científico significa contrariamente, que a mais restritiva racionalidade dos fins do progresso devesse ser diagnosticada para uma ampla qualidade da razão em termos de orientação humana. Razão significa, aqui, devolver e operacionalizar novas possibilidades de ações sob critérios de sentido e validade, que se unificariam na universidade, na liberdade e na dinâmica temporal do trabalho, nas formas de poder e na especificidade das culturas.

Esses critérios não exprimem somente princípios de possibilidades da ação, mas os deixam abertos e atuais. Eles podem servir de elementos de discussões sobre a racionalidade nas sociedades modernas ou não, portanto, as idéias econômicas de superação das necessidades materiais, o reconhecimento social das potencialidades e chances, bem como a participação política cada vez mais ampla no poder e propiciar o entendimento cultural sobre uma pluralidade de identidades particulares. Mesmo porque, a especificidade só pode adquirir sentido no universal e vice-versa.

64

Essas chances também podem quebrar a vontade maculada da racionalidade dos fins para com o poder. Os direitos humanos são exemplos significativos. Eles nos mostram algo sobre as potencialidades da razão nas formas de vida contemporânea. Porém, esses mesmos direitos humanos não conseguem brotar desta forma de racionalidade, apesar dos estímulos para uma ação prática racional na orientação da vida.

Mas a concepção tradicional de progresso está também limitada, uma vez que, através dessa concepção acreditava-se que o processo histórico real provocara uma substituição de períodos históricos na sua totalidade: o anterior seria substituído pelo posterior e assim por diante, de forma que não ficava nenhum espaço para o sentido interno e externo dos tempos históricos diferenciados.

Essa limitação se deixaria superar se na categoria progresso estivessem embutidos elementos do pensar utópico. Mas, esses elementos foram expurgados ao longo do processo do desenvolvimento da idéia de progresso.

A alteridade, entendida como qualidade central para a consciência histórica do passado em relação ao presente, se carrega com novo significado. Com isso, o futuro ganha novas dimensões em termos de possibilidades históricas no horizonte das expectativas, as quais não poderão estar apenas presas desde o início aos pontos de vista de sua real realização, mas sim às idéias de futuro no passado. Mas isso pode ser uma opção.

E no caso do conhecimento já estabelecido?

Nesse aspecto, em especial, já não cabe mais aplicar uma crítica reducionista, pois entendemos que essa postura está se não superada, com seus dias contados. A historiografia não se realimenta apenas com a rotina da pesquisa, dos processos de trabalhos racionais, desencantamentos do passado, mas dos novos questionamentos ao passado, originados das (muitas vezes) incômodas experiências do presente.

Aqui, o problema é duplo: uma vez a ciência histórica se defronta consigo mesma no sentido de funções e, outra vez, com as tendências que a colocam em questão. Portanto, temos também um problema epistemológico a ser enfrentado. Esta auto-avaliação implica que a história como disciplina precisaria examinar quais foram os instrumentos que utilizou até agora para fornecer orientação temporal e que na atualidade são questionados de forma radical. Penso que só então poderá ficar evidenciado onde estão as deficiências de orientação do pensamento histórico, as quais levam a uma reação às suas conquistas no processo de estruturação científica ou que levam o próprio pensamento histórico a ser questionado como fator de orientação cultural na vida prática.

A discussão que envolve a histórica hoje demonstra a importância que esta continua tendo no contexto das ciências humanas. Em face da ressonância e veemência dessa discussão poderia parecer que aí se encontrassem problemas relacionados com a situação de sociedade em processo de modernização. A discussão se localiza, portanto, a meu ver, ainda dentro dos parâmetros e conceitos da modernidade.

Talvez entre as formas mais sublimes do conhecimento está aquela que possibilita conectar passado-presente através de vestígios. Neste processo, a história pode revelar a condição humana naquilo que ela tem de mais fascinante e de mais temeroso. Nesta perspectiva, a noção experiência assume condição especial nos estudos históricos.

O momento parece ser exatamente de revigoramento cultural e de inserção hermenêutica na compreensão do passado e, neste sentido, rompe-se com o exclusivismo de uma verdade científica. Fato que por si só já pode gerar alguns problemas de repercussões teórico-metodológicos.

Recentemente, Hans-Ulrich Wehler caracterizou o pensamento histórico, da virada do século a partir da nova história cultural, como possuidor de um déficit teórico-estrutural e como sendo uma tendência carregada de abstinência política (WEHLER 2001). Em outras palavras, podemos dizer que estaríamos vivendo uma ressaca historiográfica. Enquanto isso, outros autores, como François Dosse (DOSSE 2001), Jörn Rüsen (RÜSEN 2001) ou Josep Fontana (FONTANA 1998), cada um a sua moda, estão buscando resignificar os sentidos do conhecimento histórico lá onde ele está sendo criticado como de conteúdo irracional.

É bem verdade que, em tese, podemos afirmar que estamos assistindo

uma luta encarniçada entre as noções de espaço  $\times$  tempo, a qual precisa sem dúvida de uma topoanálise diferenciada. O espaço antropológico está cada vez mais presente na experiência reconstituída em detrimento do tempo. E, neste caso, a função do espaço é a de reter o tempo comprimido ou mesmo imobilizado. Na afirmação de Gaston Bachelard, o teatro do passado é a memória, onde o calendário do tempo só poderia ser estabelecido em seu processo produtor de imagens (BACHELARD 1996).

Assim sendo, o espaço garante para a noção experiência um *locus* especial no debate historiográfico, numa espécie de revanche da experiência antropológica sobre a estrutura e do local da cultura sobre a explicação. Está claro que a *descrição densa*, a la Geertz, da experiência enfatiza, de forma extraordinária, as formulações discursivas no passado sem a dinâmica do tempo, porém projetadas na atualidade como uma espécie de ciência do texto.

Esta rápida caracterização da cultura historiográfica é também uma marca cultural contemporânea, identificada aqui como modernidade tardia. É certo que tais movimentos possuem ampla receptividade na disciplina e no pensamento históricos e nem poderia ser diferente.

Por outro lado, já entendemos que o conhecimento do passado como meio de redenção do homem no futuro produziu monstros terríveis e nisso o século XX é exemplar. Talvez o passado só exista mesmo apenas como experiência, como imaginação e como afetividade a partir do presente, cujas leituras são aquelas que nos remetem para o fundamento metodológico *do como é possível de ser reconstituído* o seu sentido clandestino.

Tal perspectiva representa, como a entendemos, o momento ou tempo de experiências que podem possibilitar o questionamento do presente pelo passado no sentido de reconstituirmos *as idéias de futuro no passado* e, sobretudo, compreendê-las como os argumentos para *uma cultura da mudança*.

Nesta orientação, a história como texto representativo das experiências humanas somente se deixaria explicar e compreender a partir de três funções específicas. Vejam:

a) história como o processo de generalizações de motivos, de ações e de representações de perspectivas de futuro no sentido de orientações dos objetivos individuais e coletivos para o futuro agir;

b) história é a soma de ações orientadas em modelos de explicação da experiência, integrando os aspectos pertinentes à multiplicidade, à heterogeneidade da conduta de vida e às relações sociais;

c) história é a representação exemplar de critérios de regulamentação de experiências que, por sua vez, sedimentam e estabilizam a construção de modelos legítimos e normativos da práxis social.

Estas três possibilidades, como potencialidades da experiência histórica, poderiam ser diferenciadas em um número extraordinário de funções específicas da cultura propriamente dita, dentre as quais podemos destacar as de motivação, de orientação, de satisfação, de disciplinação, de recrutamento e estratificação,

de legitimação, de integração e, finalmente, de significação.

Metodologicamente, estas funções envolvem um amplo espectro de leituras e intertextos das experiências. Pois bem, onde podemos perceber o envolvimento da experiência? Podemos perceber seu envolvimento não apenas na materialidade da experiência, mas, sim, em estruturas de representação tais como: na lembrança, na memória, na tradição, no simbólico, no imaginário, no psicológico, no local da cultura e, no caso da historiografia, em textos como resultados da racionalização e estetização das experiências.

De outra forma, não é desprezível que a situação nos apresente que a saturação de perspectivas seja concebida como a condição maior de produção de novos sentidos.<sup>7</sup> Destarte, os custos da modernização seletiva não seriam mais percebidos como obstáculos metodológicos, mas sim como recursos, como matéria-prima para sua (re)atualização através dos esforços da metanarrativa, da metaficção, ou ainda, da intertextualidade.

Portanto, o tempo de experiências presentes, percebidas através das idéias de futuro no passado e envolvidas tanto pela estética como pelas funções do conhecimento histórico, é um campo fértil, mas traz consigo alguns desafios, tais como: a analogia entre a reconstrução da biografia e a interpretação crítica através dela de estruturas simbólicas; a ciência não desempenharia mais seu papel de motor do pensamento, pois esta função estaria ocupada pela política; a história com plausibilidade científica não pode ter mais a função de propor identidades, pois a historiografia é o resultado de racionalizações metodológicas; a história, para poder dar conta desta busca de significações sobre experiências, precisaria ampliar seu lastro de conteúdos.

Tais desafios poderiam orientar as possibilidades de reconstituição do passado, primeiramente, tal como deveria ter sido. Mas, esta perspectiva traz consigo o sentido de uma leitura de significado romântico de como queríamos que fosse.

Entretanto, nós já compreendemos que esse passado nunca existiu nessa forma a não ser na afetividade mais subjetiva. Portanto, resta-nos a leitura do passado que nos remete para o sentido metodológico do *como é possível de ser reconstituído*. Para esse empreendimento precisamos estabelecer novas parcerias metodológicas especialmente quando tratamos dos 'guardados da memória'.

Por outro lado, fica a consciência de que aquilo que é denominado de conhecimento histórico está situado entre o fascínio da estética e o temor de suas respectivas funções no contexto de crise da razão, quando não de sua demissão entre os critérios de plausibilidade: o fio da navalha.

Dito de forma mais evidente, isto quer dizer da facilidade de cairmos na

---

<sup>7</sup> Este aspecto implica em redimensionar apenas a percepção da racionalidade, mas, sobretudo, buscar uma compreensão mais ampla sobre a subjetividade. Ver SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

vala do reducionismo. É justamente esse o cordão umbilical entre a tradição e a inovação. Este cordão transmite os textos com o objetivo de consignar possibilidades para o psicanalítico e para a subjetividade na reconstituição do passado na perspectiva de potencializar os sentidos.

Esta possibilidade pode ser assentada num tripé, constituída pela *crítica da razão histórica* e seu redimensionamento, pelo estímulo argumentado para uma *cultura da mudança* e, finalmente, pela reconstituição das *idéias de futuro que se tinha no passado*. A segunda tarefa, digamos mais braçal, diz respeito à necessidade empírica de inventários da produção historiográfica brasileira através de centros de referências e grupos de pesquisa.

O passado está lá na cadeira de balanço nalgum lugar registrado na memória em processo de esquecimento, seja ela individual ou coletiva e, nesse momento do debate, a História como disciplina parece que se aproxima do divã para um exercício terapêutico de sua própria trajetória.

### **Bibliografia**

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: Edusc, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales - 1929-1989**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 1992.

68

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaio racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CHARLOT, Mônica; MARX, Roland. **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

\_\_\_\_\_. **A cultura historiográfica nos anos 1980: experiências e horizontes**. 2ª edição. Passo Fundo: UPF editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade**. Passo Fundo: UPF editora: 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

\_\_\_\_\_. **Vinho velho em pipa nova**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DIEHL, Astor Antônio. **As "brinca" e as "ganha": as ciências humanas em diálogo**. Passo Fundo: UPF editora, 2007.

DIGGINS, John Patrick. **Max Weber: a política e o espírito da tragédia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- DOSSE, François. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Unesp, 2001.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORGAN, John. **O fim da ciência**. Uma discussão sobre os limites do conhecimento científico. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. **Vergangene Zukunft**. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LECHTE, John. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- LÖWY, Michel. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva/ Edusp, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual**. Bauru: Edusc, 2002.
- MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru: Edusc, 2000.
- MOZER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander (org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.
- NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- NOBRE, Renarde Freire. Racionalidade e tragédia cultural no pensamento de Max Weber. In: **Tempo Social**. USP, v. 12, n. 02, nov. de 2000, p. 85-108.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: FGV, 1989, p. 3-15.
- Revista Filosofia Política**. Departamento de Filosofia, Curso de Pós-graduação em Filosofia, IFCH/UFRGS, III/1, 2001.
- RÜDIGER, Francisco. **Civilização e barbárie na crítica da cultura contemporânea: leitura de Michel Maffesoli**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- RÜSEN Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: **História: debates e tendências**. Passo Fundo: Programa de Pós-graduação em História/ CPH-RS, v.2, n.1, dez. de 2001, p. 9-22.
- \_\_\_\_\_. Kann Gestern besser werden? Über die Verwendlung der Vergangenheit in Geschichte. In: **Geschichte und Gesellschaft**. Göttingen: Vandenhoeck &

Ruprecht, 28(2002), p. 305-321.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 11ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**. Televisão e pós-pensamento. Bauru: Edusc, 2001.

SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SEMPRINI, Andréa. **Multiculturalismo**. Bauru: Edusc, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Hermenêutica e ciências sociais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1998, nº 1, p. 100-142.

SOKOL, Alan e BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: Edusc, 2000.

WEHLER, Hans-Ulrich. **Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts** (1945-2000). Göttingen: Wallstein Verlag, 2001.